

## COMENTÁRIO SOBRE OS “PARADIGMAS” DA ECONOMIA GAÚCHA\*

*Luiz Roberto Pecoits Targa\*\**

Comentaremos, brevemente, alguns dos paradigmas de economia regional que foram utilizados para tentar compreender o Rio Grande do Sul após os anos 60. Essa curta reflexão nos levou a identificar o período-chave de nosso trabalho, assim como as questões que nos interessam explorar.

A produção de conhecimento sobre a realidade sócio-econômica do Estado tem se deparado com muitas dificuldades. Uma das barreiras é constituída pelos paradigmas utilizados e cuja substituição tem sido difícil. Apresentaremos, de maneira sucinta, dois desses paradigmas e mais um terceiro, que chamamos um “quase-paradigma”. Eles exprimem, à sua maneira, uma realidade em transformação: refletem diferentes momentos da realidade sócio-econômica do Rio Grande do Sul.

Nos anos 60, o Rio Grande do Sul foi pensado, por alguns dos seus melhores economistas, como se fosse uma economia fechada (e isolada), como se ele pudesse ter um projeto próprio. Lembramos aqui, sobretudo, o excelente trabalho de Accurso, Candal e Veras, denominado **O Insuficiente Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Nessa análise, por exemplo, o Brasil e “o resto do mundo” foram tratados como mercados externos — quem sabe, mundos externos — ao Estado. Para dar a ênfase necessária, esse espaço econômico foi visto como uma economia nacional. É evidente que essa proposição não era explicitada (mas vejam algumas das propostas de política econômica lá contidas, em confronto com o que acontecia no País). Cada um dos economistas que participaram dessa elaboração jamais formularia uma idéia dessa natureza. E, no entanto, ela estava lá. Podemos imaginar, com justiça, que sua formulação derivava de concepções keynesiano-cepalinas. Essa resposta fácil é insuficiente.

Esse paradigma persistiu no tempo. Acreditamos que essa duração, que atingiu ainda os anos 70, não foi um simples defeito de compreensão da realidade, se bem que nos tenha parecido assim quando dos esforços de sua substituição. Mesmo que não pudermos afastar essa hipótese definitivamente — já que Walter Isard en-

---

\* Na falta de melhor expressão, chamamos de “paradigma” a idéia-base, explícita ou não, de certos trabalhos sobre a economia regional do Rio Grande do Sul.

\*\* Economista da FEE.

controu essa mesma posição entre os economistas regionais dos Estados Unidos —, achamos necessário avançar uma outra hipótese paralela para a formulação desse primeiro paradigma.

Pensamos, atualmente, que esse paradigma exprimiu a força de uma realidade que deixou de existir. A idéia persistiu no tempo, muito após o desaparecimento da realidade social que sugeriu sua formulação. É provável que o Rio Grande do Sul tenha se constituído, alguma vez, outrora, em um país dentro do País, por assim dizer, pois, além de suas acentuadas especificidades econômicas e sociais, naquele tempo ele possuía um poder público regional com um elevado grau de autonomia face ao poder da União. Mas esse foi o tempo da realidade que se exprimiou, tardiamente, no primeiro paradigma. De qualquer forma, o paradigma serviu-nos de pista.

Na segunda metade dos anos 70, esse primeiro paradigma foi substituído pela idéia de que a economia gaúcha era subordinada ou subsidiária da economia brasileira. Pensamos, aqui, nos trabalhos sobre a indústria e a agricultura do Rio Grande do Sul, editados na série dos **25 Anos de Economia Gaúcha da FEE**. Esse segundo paradigma já era bem melhor para pensar a economia rio-grandense tal qual ela existia após os anos 60. Mas ele pode ser criticado de dois pontos de vista (que, aliás, se imbricam).

Primeiramente, ele ainda obscurece a compreensão dessa realidade, porque considera as atividades produtivas da região como **uma economia**, coisa que ela já deixara de ser. Seu lado positivo era o de compreender a região dentro do movimento da economia nacional; já era um passo importante, mas, face à realidade existente, era, todavia, insuficiente.

Em segundo lugar, esse paradigma pode ser criticado pelo ângulo de a economia regional ser parte da economia brasileira (parte subordinada, parte subsidiária). Do nosso ponto de vista, essa concepção é equivocada, pois, depois dos anos 60, as partes da economia brasileira — as partes legítimas, por assim dizer — não podem ser outras senão os departamentos produtivos, as classes sociais fundamentais e outros “cortes”, cuja interação dinâmica permitia a compreensão do movimento total da acumulação no Brasil. Queremos dizer que, a partir da integração do mercado nacional, as economias regionais perdem o seu *status* de partes! Ora, essa idéia permite a elaboração do “quase-paradigma” de que falamos no início do texto. Ele pode ser esboçado da seguinte maneira:

- depois da integração do mercado interno, o espaço geoeconômico do Rio Grande do Sul contém **segmentos das partes** da economia e da sociedade brasileiras. Ele contém frações da burguesia agrária e frações da burguesia industrial do Brasil, frações da classe operária e do campesinato brasileiros, ele contém frações dos departamentos produtivos da economia nacional. O que move as “coisas” são as relações entre essas partes, as autênticas. A economia do Rio Grande do Sul (assim como as demais economias regionais) **não consegue explicar mais** o movimento. Desse modo, as atividades econômicas do Estado não explicam mais nada: enquanto **conjunto** em si, elas não são nem uma economia nem parte de coisa alguma. E isso porque a economia do Rio Grande do Sul perdeu suas fontes dinâmicas internas

enquanto economia regional. Hoje, o dinamismo de suas atividades econômicas possui laços que não se encerram mais no seu espaço geográfico. Repetimos, as partes que movem a economia (e ela agora é nacional e não tem mais qualquer sentido regional) e, então, as frações delas que se encontram localizadas no Rio Grande do Sul se definiram de outra maneira. A economia regional deixou de ser um “todo”, uma unidade. Isso pertenceu a um outro tempo. A economia regional deixou de se totalizar em si mesma e foi aprisionada pelo movimento de totalização da economia nacional. Neste último movimento, ela se destotalizou, o que somente quer dizer que o movimento de totalização da economia brasileira transforma completamente a economia regional, destotalizando-a. É como se, na economia gaúcha, tudo mudasse de nome, de identidade. E ela, enquanto tal, não emerge mais desse movimento. Ela deixou de existir, ela explodiu.

É por isso que pensamos que esse “quase-paradigma” poderia ser enunciado como o da destruição da parte. Vemos, no entanto, que a dificuldade de sua construção e de sua operacionalização tem seu fundamento na realidade que embasou o primeiro paradigma. Esse correspondeu a uma outra economia brasileira e a uma outra economia gaúcha, cuja forma foi tão justamente expressa por Chico de Oliveira: “(. . .) a economia brasileira era formada por várias economias regionais (. . .)”.

O segundo paradigma e o “quase-paradigma” correspondem às tentativas de compreender a economia gaúcha após a integração do mercado nacional, enquanto o primeiro correspondeu à realidade social e econômica do Rio Grande do Sul antes da integração. Isto é: a economia do Rio Grande do Sul constituía-se, em parte, da economia brasileira (leia-se: uma certa economia brasileira, ou seja, com uma certa configuração) antes da unificação do mercado interno; depois da integração, ela se dissolveu enquanto parte.

Consideramos também que, antes da unificação, a economia gaúcha era uma **parte** com propriedades diferentes das demais partes da economia brasileira; as outras haviam sido economias agroexportadoras para o mercado mundial, enquanto a do Rio Grande do Sul era agroexportadora para o mercado interno brasileiro. Barros de Castro chegou a dizer que ela foi a mais diversificada do País e a única que se voltou com sucesso para o mercado interno.

O fato de que a economia gaúcha tivesse sido pensada como **isolada**, como **uma economia** ou como **parte** da economia brasileira (elementos dos dois primeiros paradigmas) derivou da forma que tomou essa economia durante a Primeira República. Sua sobrevivência, enquanto economia regional, foi possível pelo interregno criado pela crise mundial dos anos 30 e pelo período da II Guerra Mundial.

Esses dois períodos, o de constituição (1889-30) e o de sobrevivência (1930-60), estabeleceram as bases para a formulação do primeiro paradigma. Se bem que, devido a circunstâncias históricas muito particulares (locais, nacionais e internacionais), a sociedade rio-grandense praticou e formulou o que poderíamos chamar de um “projeto” de capitalismo não concentrado (em comparação ao que se desenvolvia no resto do País) e que se revelou um fracasso face às características da acumulação de capital que terminaram por prevalecer na economia brasileira. Foi a diferença en-

tre o tipo de capitalismo que se desenvolvia no Sul e o que se desenvolvia no pólo paulista que esteve na base da crise em que mergulhou o Rio Grande do Sul quando da integração. Abriu-se, para ele, um longo período de reorganização de uma outra articulação.

Essa reorganização apresentou uma dupla face: mudaram as relações internas à economia e à sociedade do Rio Grande do Sul e mudou a relação das atividades econômicas localizadas no espaço do Estado com a economia nacional.<sup>1</sup> Nesse processo de dissolução, o Rio Grande do Sul perdeu algumas de suas especificidades na forma que tomavam até aí. A acumulação de capital no sul aproximou-se mais do modelo concentracionista brasileiro.

Parece-nos que foi a realidade vivida pelos rio-grandenses, antes da unificação do mercado nacional, que sugeriu a formulação do primeiro paradigma, assim como as ilusões dos gaúchos diante de um projeto social particular ou mesmo um projeto à parte da economia brasileira.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de (1989). **Acumulação de capital a nível nacional e dinâmica das indústrias regionais: a exposição preliminar de uma hipótese de interpretação genérica.** /s.n.t./ (xerox).
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1988). **O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul.** *Ensaio FEE, Porto Alegre*, 9(2):147-58.

---

<sup>1</sup> Em texto anterior, já esboçamos alguns desses traços (Targa, 1988, p.147-58). No entanto, para um excelente e muito melhor esboço dessas transformações, consultar o texto de Pedro Fernando Cunha de Almeida (1989).